

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Centro Social Paroquial de Alfena

ANO: 2024

[Handwritten signatures and initials]



ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6
3.1 - Principais políticas contabilísticas	6
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3 - Correção de erros de períodos anteriores	9
4 - Ativos fixos tangíveis	11
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	11
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	11
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	11
5 - Ativos intangíveis	13
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	13
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	13
5.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	14
6 - Custos de empréstimos obtidos	14
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	14
6.2 - Outras divulgações	15
6.3 - Composição Financiamentos Obtidos	15
7 - Inventários	16
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	16
7.2 - Quantia escriturada de inventários	16
8 - Rendimentos e gastos	17
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	17
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	17
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	19
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
9.3 - Outras divulgações	20
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	20
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	20
10.2 - Principais doadores / fontes de fundos	21
11 - Instrumentos financeiros	21
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	21
11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	22

Página: 2 / 32



11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	22
11.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	24
11.4.1 - Dívidas a fornecedores	24
11.4.2 - Outros Passivos Correntes	24
11.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor	24
11.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:	24
11.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	25
11.7 - Outras divulgações	25
12 - Benefícios dos empregados	26
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	26
12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	27
12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	27
13 - Acontecimentos após a data do balanço	27
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	27
13.2 - Eventos Subsequentes	28
14 - Divulgações exigidas por diplomas legais	28
14.1 - Informação por atividade económica	28
14.2 - Informação por mercado geográfico	29
14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	29
15 - Outras divulgações	30
15.0.1 - Transações e saldos pendentes, entre partes relacionadas, conforme quadro seguinte:	30
15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	30
16 - Impostos e contribuições	31
16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	31
16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	31
17 - Fluxos de caixa	32
17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	32



1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Alfena

Número de identificação de pessoa coletiva: 501114599

Lugar da sede social: Porto - Valongo 4445-066 Valongo

Endereço eletrónico: geral@cspalfena.com

Página da internet: <https://www.cspalfena.com/>

Natureza da atividade: Atividades de apoio social em estruturas residenciais para pessoas idosas,

O Centro Social Paroquial de Alfena doravante designado por CSPA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos publicados no Diário da República n.º 237 de 15/10/1981, Série III, com sede Porto - Valongo. Os fins e objetivos do Centro concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à Infância, através de Berçário, Creche e Jardim de Infância, incluindo as crianças em risco; Apoio à segunda Infância, através de Atividades de Tempos de Livres (ATL) ou outras;
- Apoio à Juventude, incluindo jovens em risco, facultando-lhes cursos de formação profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- Apoio à família;
- Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais e eclesiais dos cidadãos.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 4 / 32



- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

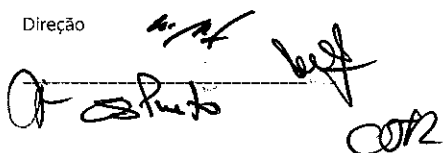
Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis, em todos os

Direção



Contabilista Certificado N.º 71156





aspectos significativos, com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2023, com exceção dos efeitos decorrentes da alteração de política contabilística descrita na nota 3.2 e da correção de erro material descrita na nota 3.3 infra.

Em 2024, procedeu-se à alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento dos valores recebidos no âmbito dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social.

Em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC), estas verbas passaram a ser reconhecidas como "Prestação de Serviços" (Conta 72) e não como "Subsídios à Exploração" (Conta 75), uma vez que o pagamento depende da frequência efetiva dos utentes, representando uma contraprestação pelos serviços prestados.

Paralelamente, foi corrigido um erro material relativo ao registo contabilístico de um terreno no valor de 103.500,56 EUR, anteriormente incluído nos Ativos Fixos Tangíveis sem que existisse prova documental da sua aquisição ou da sua doação formal à Entidade. O terreno foi retirado do ativo em 2024 com efeitos retrospectivos.

No ano de 2024

Como consequência, para efeitos de comparabilidade, os montantes respeitantes ao exercício de 2023 foram reexpressos, com a reclassificação dos respetivos valores entre as rubricas indicadas, sem impacto no resultado líquido do período.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 6 / 32



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

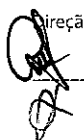
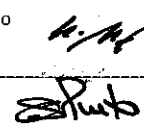
- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

Direção




Contabilista Certificado Nº 71156



As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 8 / 32



líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Alteração no reconhecimento das verbas de Acordos de Cooperação

No exercício de 2024, o Centro Social Paroquial de Alfena alterou a política contabilística de reconhecimento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social, em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC):

"Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

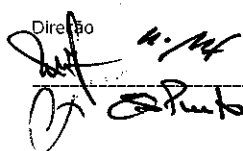
b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Assim, as verbas anteriormente classificadas como Subsídios à Exploração (conta 75) passaram a ser reconhecidas como Prestação de Serviços (conta 72), por estarem dependentes da variação de frequência dos utentes, correspondendo à contraprestação pelos serviços prestados.

A alteração de política contabilística foi aplicada de forma retrospectiva, procedendo-se à reexpressão das quantias comparativas de 2023, conforme descrito na nota 2.3 supra e nota 3.3 seguinte.

3.3 - Correção de erros de períodos anteriores

No exercício de 2024, foi identificado e corrigido um erro material referente ao reconhecimento de um terreno no ativo imobilizado, no valor de 103.500,56 EUR. O bem encontrava-se registado nos Ativos Fixos Tangíveis desde exercício anterior, sem que exista evidência suficiente da sua aquisição onerosa ou atribuição gratuita formalizada.

Direção



Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 9 / 32



ANEXO DO ANO DE 2024
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

A correção foi realizada por eliminação do ativo, com efeitos retrospectivos, através de ajustamento aos Resultados Transitados, nos termos da NCRF-ESNL (secção 4.5). Esta correção não teve impacto no resultado líquido do exercício em curso, mas afetou os saldos iniciais do ativo e dos fundos patrimoniais de 2024.

RUBRICAS	Notas	DATAS			
		2024	Antes Reexpressão	Reexpressão	Reexpressado
			2023		2023
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	4	3 375 225,22	3 537 796,40	-103 500,56	3 434 294,84
Outros créditos e ativos não correntes	11	17 200,66	17 200,66		17 200,66
		3 392 425,88	3 554 996,06	-103 500,56	3 451 495,50
Ativo corrente					
Inventários	7	19 143,68	16 514,93		16 514,93
Créditos a receber	11	528 889,45	670 113,67		670 113,67
Estado e outros entes públicos	16	26 286,14	9 646,45		9 646,45
Diferimentos	11	15 421,32	13 488,02		13 488,02
Caixa e depósitos bancários	17	1590 425,22	1040 385,01		1040 385,01
		2 180 165,81	1 750 148,08	0,00	1 750 148,08
Total do ativo		5 572 591,69	5 305 144,14	-103 500,56	5 201 643,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	11	3 287,74	3 287,74		3 287,74
Resultados transitados	11	2 300 907,03	2 395 477,52	-103 500,56	2 291 976,96
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimo	11	1 370 784,47	1 446 577,70		1 446 577,70
					0,00
Resultado líquido do período		-43 169,13	48 120,74		48 120,74
Total dos fundos patrimoniais		3 631 810,11	3 892 463,70	-103 500,56	3 788 963,14
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	6;11	767 372,44	356 459,83		356 459,83
Outras dívidas a pagar	11	8 916,78	14 981,70		14 981,70
		776 289,22	371 441,53	0,00	371 441,53
Passivo corrente					
Fornecedores	11	111 292,91	116 537,76		116 537,76
Estado e outros entes públicos	16	72 845,23	53 730,02		53 730,02
Financiamentos obtidos	6;11	98 080,21	67 844,76		67 844,76
Diferimentos	11	2 245,28	42 134,07		42 134,07
Outros passivos correntes	11;12	880 028,73	760 992,30		760 992,30
		1 164 492,36	1 041 238,91	0,00	1 041 238,91
Total do passivo		1 940 781,58	1 412 680,44	0,00	1 412 680,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 572 591,69	5 305 144,14	-103 500,56	5 201 643,58

Quadro de Reexpressão das Demonstrações de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Antes Reexpressão			Reexpressado 31/12/2023
		31-12-2024	31-12-2023	Reexpressão	
Vendas e serviços prestados	8	3 820 463,89	1 479 017,70	2 076 963,94	3 555 981,64
Subsídios, doações e legados à exploração	10	45 567,45	2 135 235,08	-2 076 963,94	58 271,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	7	-179 280,28	-182 512,06		-182 512,06
Fornecimentos e serviços externos	8	-1 121 951,70	-1 039 777,21		-1 039 777,21
Gastos com o pessoal	12	-2 569 856,06	-2 262 137,48		-2 262 137,48
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-26 363,09	-38 547,11		-38 547,11
Outros rendimentos	8	232 145,37	174 289,77		174 289,77
Outros gastos		-7 392,04	-5 499,64		-5 499,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto:		193 343,64	260 069,05	0,00	260 069,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-210 422,38	-203 822,81		-203 822,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-17 078,74	56 246,24	0,00	56 246,24
Juros e gastos similares suportados	6	-26 090,39	-8 125,50		-8 125,50
Resultado antes de impostos		-43 169,13	48 120,74	0,00	48 120,74
Resultado líquido do período		-43 169,13	48 120,74	0,00	48 120,74

Dirigção
[Assinaturas]

Contabilista Certificado N° 71156



4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	Entre: 10 - 50 anos	10% - 2%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	Entre: 4 - 8 anos	25% - 12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	Entre: 4 - 8 anos	25% - 12,5%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	Entre: 5 - 10 anos	20% - 10%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 11 / 32



ANEXO DO ANO DE 2024
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento s biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantament os AFT	TOTAL
Valor bruto no início	103.500,56	5.812.926,17	772.991,73	326.852,93	247.882,62	0,00	856,34	30.606,75	0,00	7.295.617,10
Depreciações acumuladas	0,00	2.500.276,89	757.702,59	268.841,81	231.000,41	0,00	0,00	0,00	0,00	3.757.821,70
Saldo no início do período	103.500,56	3.312.649,28	15.289,14	58.011,12	16.882,21	0,00	856,34	30.606,75	0,00	3.537.795,40
Variações do período	-103.500,56	-166.527,54	-4.912,44	5.150,42	-8.514,50	0,00	0,00	115.734,44	0,00	-162.570,18
Total de aumentos	0,00	0,00	1.867,53	31.000,00	2.750,79	0,00	0,00	115.734,44	0,00	151.352,76
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	1.867,53	0,00	2.750,79	0,00	0,00	115.734,44	0,00	120.352,76
Outras aquisições	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
Total diminuições	103.500,56	166.527,54	9.742,26	25.849,58	8.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.922,94
Depreciações do período	0,00	166.527,54	9.742,26	25.849,58	8.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.422,38
Abates	103.500,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.500,56
Transferências de AFT	0,00	0,00	2.962,29	0,00	-2.962,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	3.146.121,74	10.376,70	63.161,54	8.367,71	0,00	856,34	146.341,19	0,00	3.375.225,22
Valor bruto no fim do período	0,00	5.812.926,17	774.859,26	274.141,98	250.633,41	0,00	856,34	146.341,19	0,00	7.259.758,35
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.666.804,43	764.482,56	210.980,44	242.265,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.884.533,13

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



ANEXO DO ANO DE 2024
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

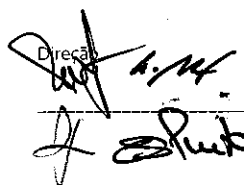
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	103.500,56	5.812.926,17	770.240,47	336.402,85	247.882,62	0,00	856,34	30.606,75	0,00	7.302.415,76
Depreciações acumuladas	0,00	2.334.872,33	751.855,70	302.497,05	220.403,63	0,00	0,00	0,00	0,00	3.609.628,71
Saldo no início do período	103.500,56	3.478.053,84	18.384,77	33.905,80	27.478,99	0,00	856,34	30.606,75	0,00	3.692.787,05
Variações do período	0,00	-165.404,56	-3.095,63	24.105,32	-10.596,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-154.991,65
Total de aumentos	0,00	0,00	2.751,26	46.079,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.831,16
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	2.751,26	46.079,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.831,16
Total diminuições	0,00	165.404,56	8.809,05	21.974,58	1.851,52	5.783,10	0,00	0,00	0,00	203.822,81
Depreciações do período	0,00	165.404,56	8.809,05	21.974,58	1.851,52	5.783,10	0,00	0,00	0,00	203.822,81
Transferências de AFT	0,00	0,00	2.962,16	0,00	-8.745,26	5.783,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	103.500,56	3.312.649,28	15.289,14	58.011,12	16.882,21	0,00	856,34	30.606,75	0,00	3.537.795,40
Valor bruto no fim do período	103.500,56	5.812.926,17	772.991,73	326.852,93	247.882,62	0,00	856,34	30.606,75	0,00	7.295.617,10
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.500.276,89	757.702,59	268.841,81	231.000,41	0,00	0,00	0,00	0,00	3.757.821,70

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Direção



Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 13 / 32



A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Projetos de desenvolvimento	Modelo de Custo	Método de linha Reta	3	33,33%
Programas de computadores	Modelo de Custo	Método de linha Reta	3	33,33%
Outros ativos intangíveis	Modelo de Custo	Método de linha Reta	10	10%

Um ativo intangível com um a vida útil indefinida deve ser amortizado por um período máximo de 10 anos.

5.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

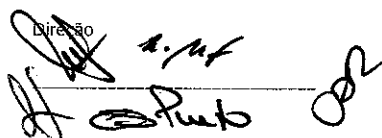
Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	1.769,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769,42
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	1.769,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769,42
Valor bruto no início	0,00	0,00	1.769,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769,42
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	1.769,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769,42

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

Direção


Contabilista Certificado N° 71156

Página: 14 / 32



ANEXO DO ANO DE 2024
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	76.294,18	458.579,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	76.294,18	458.579,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	21.786,03	308.792,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	7.938,46	7.913,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	13.847,57	300.879,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	98.080,21	767.372,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	67.844,76	356.459,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	55.844,76	44.580,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	12.000,00	311.879,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	67.844,76	356.459,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O montante de 767.372,44 apresentado na rubrica Passivo Não Corrente - Empréstimos, inclui o financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja de S. Vicente de Alfena no montante de 300 879,06€. O financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja não vence juros.

6.2 - Outras divulgações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	26.090,39	8.125,50
Juros de financiamentos suportados	26.090,39	8.125,50
Outros juros de financiamentos suportados	26.090,39	8.125,50

6.3 - Composição Financiamentos Obtidos

A 31 de dezembro de 2024 a rubrica de empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição

Direção

R. Pinto

Contabilista Certificado N° 71156



Descrição	Valor Período			Valor Período Anterior		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos Bancários	458 579,57	76 294,18	534 873,75	30 665,10	43 347,48	74 012,58
Locações Financeiras	7 913,81	7 938,46	15 852,27	13 915,67	12 497,28	26 412,95
Outros empréstimos	300 879,06	13 847,57	314 726,63	311 879,06	12 000,00	323 879,06
Total Empréstimos	767 372,44	98 080,21	865 452,65	356 459,83	67 844,76	424 304,59
Responsabilidade Bancária	767 372,44	98 080,21	865 452,65	356 459,83	67 844,76	424 304,59

As garantias bancárias existentes associadas aos financiamentos bancários estão evidenciadas na nota 15.1

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

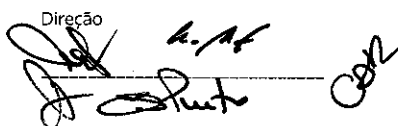
7.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

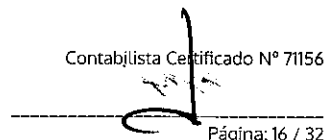
Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
Inventários iniciais	189,35	16.325,58	16.514,93	189,35	21.670,10	21.859,45
Compras	0,00	181.909,03	181.909,03	0,00	177.167,54	177.167,54
Inventários finais	0,00	19.143,68	19.143,68	189,35	16.325,58	16.514,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	189,35	179.090,93	179.280,28	0,00	182.512,06	182.512,06

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses. Não existe qualquer imparidade de inventários.

Direção


Contabilista Certificado N° 71156


Página: 16 / 32



8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;
- Rendimentos suplementares - são relativos às rendas e aos débitos de energia pagos pelas entidades arrendatárias dos imóveis à exploração;
- Juros - são reconhecidos pelo método do juro efetivo

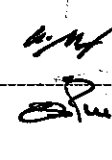
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

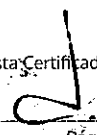
Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços.

No 2024 foi alterada a contabilização dos valores recebidos por parte da Segurança Social, deixando de ser classificados como Subsídios e passando a ser classificados como Prestação de Serviços, conforme a FAQ n.º 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC):

"...Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;*
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."*

Direção   

Contabilista Certificado N.º 71156 



ANEXO DO ANO DE 2024
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

Rédito	PERÍODO		Variação	
	2024	2023	Valor	%
Vendas de Bens				
Vendas de Mercadorias	7,85	0,00	7,85	100%
Mensalidades dos Utentes				
Infância				
Creche	22 267,48	62 079,35	-39 811,87	-64%
Jardim de Infância	143 972,94	141 647,48	2 325,46	2%
Invalidez e Reabilitação				
CAO I	39 872,61	36 301,29	3 571,32	10%
CAO II	52 520,27	44 095,30	8 424,97	19%
Lar Residencial	49 244,28	52 905,90	-3 661,62	-7%
Sénior			0,00	
Centro de Dia	74 858,76	64 740,67	10 118,09	16%
Apoio Domiciliário	77 212,56	61 622,49	15 590,07	25%
ERPI	932 336,75	901 009,33	31 327,42	3%
Comparticipações ISS, IP - Centro Distrital				
Infância				
Creche	327 426,16	227 194,49	100 231,67	44%
Jardim de Infância	208 873,48	213 343,37	-4 474,89	-2%
Invalidez e Reabilitação				
CAO I	231 422,56	223 142,17	8 280,39	4%
CAO II	238 029,15	216 670,85	21 358,30	10%
Lar Residencial	429 053,45	392 562,25	36 491,20	9%
Sénior				
Centro de Dia	45 891,88	42 850,43	3 041,45	7%
Apoio Domiciliário	85 414,74	81 250,48	4 164,26	5%
ERPI	754 783,69	679 944,90	74 838,79	11%
Serviços Secundários				
Infância				
Creche	8 805,40	8 454,50	350,90	4%
Jardim de Infância	27 109,00	25 012,38	2 096,62	8%
Invalidez e Reabilitação				
CAO I	6 835,10	5 362,61	1 472,49	27%
CAO II	5 453,00	3 887,50	1 565,50	40%
Lar Residencial	1 000,00	665,00	335,00	50%
Sénior				
Centro de Dia	1 272,50	1 134,00	138,50	12%
Apoio Domiciliário				
ERPI	56 800,38	52 450,60	4 349,78	8%
Acordo de Cooperação Segurança Social				
Creche	10 244,19	10 736,28	-492,09	-5%
Compensação Educadoras		6 044,52	-6 044,52	-100%
Subsídios de outras entidades				
IEFP	0,00	6 271,29	-6 271,29	-100%
Câmara Municipal de Valongo	4 000,00	11 306,58	-7 306,58	-65%
Outros	9 438,00	0,00	9 438,00	100%
Doações, heranças e legados				
Doações e Heranças	21 885,26	23 912,47	-2 027,21	-8%
Legados				
Outros Rendimentos				
Rendimentos Suplementares	106 465,66	103 279,15	3 186,51	3%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares				
Juros obtidos	32 765,44	82,41	32 683,03	39659%
Total	4 005 262,54	3 699 965,04	305 297,50	8%

Os réditos da Instituição apresentam uma variação positiva de 305 297,50€ que representa cerca de 8% face ao ano anterior, este aumento é consequência maioritariamente do aumento das comparticipações da Segurança Social no montante de 237 394,56€.

Direção
[Assinatura]
[Assinatura]

Contabilista Certificado N° 71156



8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	557.642,07	503.105,08
Serviços especializados	180.985,65	131.940,54
Trabalhos especializados	79.593,12	56.514,92
Publicidade e propaganda	67,65	0,00
Honorários	48.777,33	33.317,84
Conservação e reparação	47.237,07	42.107,78
Outros	5.310,48	0,00
Materiais	16.441,02	14.758,68
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.496,23	3.017,34
Livros e documentação técnica	36,46	0,00
Material de escritório	5.077,97	10.160,49
Outros	8.830,36	1.580,85
Energia e fluidos	286.142,20	305.558,51
Eletricidade	97.037,63	103.235,97
Combustíveis	19.874,72	21.140,59
Água	38.457,72	41.264,48
Outros	130.772,13	139.917,47
Deslocações, estadas e transportes	9.973,28	9.007,11
Deslocações e estadas	9.856,28	9.007,11
Outros	117,00	0,00
Serviços diversos	70.767,48	75.407,29
Rendas e alugueres	11.811,00	12.888,48
Comunicação	9.131,76	8.413,91
Seguros	14.263,53	15.434,54
Contencioso e notariado	210,72	140,32
Limpeza, higiene e conforto	2.175,21	3.017,06
Outros serviços	33.175,26	35.512,98
Total	1.121.951,70	1.039.777,21

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 1.121.951,70, que significa um aumento de 82 174,49€, cerca de 7,90% face ao ano anterior. Este incremento verifica-se na maioria nas rubricas de subcontratos e serviços especializados.

Direção

C012

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 19 / 32



9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	26.460,88	0,00	0,00	31.655,84	0,00	10.000,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	26.460,88	0,00	0,00	31.655,84	0,00	10.000,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	26.460,88	0,00	0,00	31.276,87	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378,97	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.567,45	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	26.460,88	0,00	0,00	77.223,29	0,00	10.000,00	0,00

Assinatura Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	31.920,05	0,00	0,00	1.208,10	0,00	0,00	32.000,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	31.920,05	0,00	0,00	1.208,10	0,00	0,00	32.000,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	31.920,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208,10	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	2.135.235,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	2.167.155,13	0,00	0,00	1.208,10	0,00	0,00	32.000,00

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2024

Doações e Heranças

· Donativos de mecenas particulares e empresas - 21 885,26€

2023

Doações e Heranças

· Donativos de mecenas particulares e empresas - 23 912,47€

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

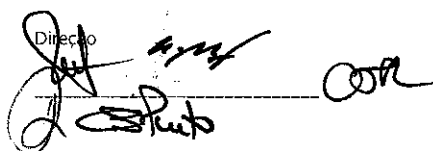
É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Direção


Contabilista Certificado N.º 71156



É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam a Fundos de Tesouraria do Montepio - 198.63.000239-4 e aos Fundos de Compensação de Trabalho.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
Fundos de Tesouraria do Montepio	1.719,1900	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Compensação do Trabalho	15.481,4700	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.200,6600	0,00	0,00	0,00	0,00

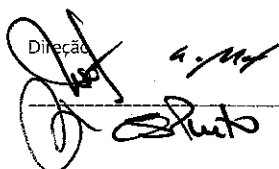
2024

- Fundos de Tesouraria do Montepio = 1.719,19€
- Fundos de Compensação = 15 481,47€

2023

- Fundos de Tesouraria do Montepio = 1.719,19€
- Fundos de Compensação = 15 481,47€

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Direção



Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 22 / 32



Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	3.287,74	0,00	0,00	3.287,74
Resultados transitados	2.395.477,52	0,00	-94.570,49	2.300.907,03
Outras variações nos capitais próprios	1.445.577,70	0,00	-74.793,23	1.370.784,47
Subsídios	1.444.060,40	0,00	-74.414,14	1.369.646,26
Doações	1.517,30	0,00	-379,09	1.138,21
Total	3.844.342,96	0,00	-169.363,72	3.674.979,24

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	3.287,74	0,00	0,00	3.287,74
Resultados transitados	2.293.716,74	0,00	101.760,78	2.395.477,52
Outras variações nos capitais próprios	1.509.876,85	0,00	-64.299,15	1.445.577,70
Subsídios	1.507.980,45	0,00	-63.920,05	1.444.060,40
Doações	1.896,40	0,00	-379,10	1.517,30
Total	3.806.881,33	0,00	37.461,63	3.844.342,96

Durante o exercício, registaram-se as seguintes variações relacionadas com subsídios e donativos ao investimento:

- Foi efetuada a transferência do resultado líquido do período do ano anterior, no montante de 48.120,74€, para a rubrica de Resultados Transitados, em conformidade com os princípios da continuidade e da correta apresentação da posição financeira da Instituição.
- No corrente exercício, foi reconhecido em rendimentos o montante de 68.116,72€, correspondente à imputação sistemática de subsídios ao investimento e donativos afetos a ativos, nomeadamente no âmbito dos programas PIDDAC, Fundo de Socorro Social e Programa Pillar, proporcionalmente às depreciações incorridas no período relativamente aos bens adquiridos com o apoio destes financiamentos.
- Procedeu-se ao desreconhecimento do apoio atribuído no âmbito do projeto NORTE-07-4842-FEDER-000454, no montante de 6.297,42€, dado que se verificou, de forma definitiva, que a Instituição não irá receber o correspondente financiamento, sendo por isso necessário reverter o respetivo valor contabilizado.
- Foi de igual forma desreconhecido o montante de 103.500,56€ relativo ao valor constante a título de Terrenos para Construção, dado que não foi possível aferir a titularidade do bem refletido no balanço da Instituição.

Estas operações foram efetuadas de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração previstos na NCRF-ESNL, designadamente na secção 27 – Subsídios, e cumprem os princípios de especialização dos exercícios e de fiabilidade da informação financeira

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 23 / 32



11.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

11.4.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de Conta Corrente	111.292,91	116.537,76
Total	111.292,91	116.537,76

11.4.2 - Outros Passivos Correntes

Outras dívidas a pagar (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de Investimentos	24.779,14	0,00
Remunerações a Liquidar	348.030,72	289.200,51
Outros Credores por Acréscimos de Gastos	15.210,90	13.247,56
Outros Credores	14.635,77	17.611,85
Outros Credores - Utentes	476.138,63	440.479,02
Saldos Devedores Utentes	1.233,57	453,36
Total Outras dívidas a pagar	880.028,73	760.992,30

O valor da rubrica Credores por acréscimo de gastos é essencialmente relativo ao acréscimo de gastos com férias e subsídio de férias a pagar no próximo ano.

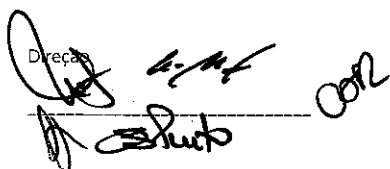
11.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

11.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	40.074,85	13.711,76	26.363,09	47.670,45	9.123,34	38.547,11
Total	40.074,85	13.711,76	26.363,09	47.670,45	9.123,34	38.547,11

No ano de 2024 verificou-se uma diminuição das imparidades de dívidas a receber face ao ano de 2023. O valor das imparidades de dívidas a receber no 2024 é de 40.074,85

Direção


Contabilista Certificado N.º 71156



11.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	664.883,39	-135.993,94	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	178.067,49	-135.993,94	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	486.815,90	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	1.000.238,42	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	111.292,91	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	865.452,65	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	888.945,51	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	4.647,93	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	4.648,36	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-0,43	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-26.089,96	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-26.089,96	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	670.113,67	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	36.625,04	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	633.488,63	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	892.511,76	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	116.537,76	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	424.304,59	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	775.974,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-38.537,95	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-38.537,95	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-8.125,50	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-8.125,50	0,00	0,00

11.7 - Outras divulgações

Direção

Assinatura

Assinatura

Assinatura

0012

Contabilista Certificado Nº 71156

Assinatura

Assinatura

Página: 25 / 32



Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos reconhecer	0,00	0,00
Seguros	8.334,93	7.085,41
Outros	7.086,39	6.402,61
Total Gastos a Reconhecer	15.421,32	13.488,02
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Rendas	2.245,28	2.245,28
Projetos	0,00	0,00
IEFP	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	39.888,79
Total Rendimentos a Reconhecer	2.245,28	42.134,07

2024

Na rubrica **Gastos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no 2024 relativos a 2025
- Outras Despesas com Custo Diferido relativas a Fornecimentos e Serviços Externos

Na rubrica **Rendimentos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Rendas são considerados os valores faturados em 2024 relativos ao ano de 2025, no que se refere aos contratos de exploração, dado que são faturados antecipadamente.

12 - Benefícios dos empregados

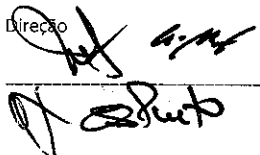
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 149 e em 31 de dezembro de 2023 foi de 147.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	149,00	265.012,00	147,00	256.470,00
Pessoas remuneradas	149,00	265.012,00	147,00	256.470,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	149,00	265.012,00	147,00	509.300,00
Pessoas a tempo completo	148,00	263.321,97	144,00	256.470,00
Pessoas em tempo parcial	1,00	1.690,03	3,00	252.830,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	148,00	261.554,69	147,00	256.470,00
Masculino	8,00	14.138,09	8,00	13.958,00
Feminino	140,00	247.416,60	139,00	242.512,00

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 26 / 32



O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Social Paroquial de Alfena é de 5 membros,
Os órgãos sociais do Centro Social Paroquial de Alfena não são remunerados.

12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Social Paroquial de Alfena são constituídos da seguinte forma:

Direção:

- Presidente: Pe. Manuel Fernando Soares da Silva
- Vice Presidente: Celeste Susana Correia Pinto
- Secretário: Cristina Margarida Andrade Pinto Pontes
- Tesoureiro: Rui Miguel Almeida Mendes
- Vogal: Carla Maria Sousa Coelho

Conselho Fiscal:

- Presidente: Nuno Filipe Alves Roque
- Secretário: Marta Alexandra Moreira Gonçalves
- Vogal: Ângelo Manuel Jacob

12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os órgãos sociais não são remunerados

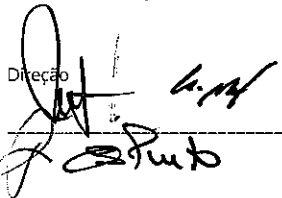
Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	2.569.856,06	2.262.137,48
Remunerações do pessoal	2.084.545,79	1.832.365,18
Indemnizações	690,67	873,54
Encargos sobre as remunerações	439.473,46	387.578,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	35.696,40	32.594,97
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	9.449,74	8.724,81
- Formação	4.833,60	4.702,20
- fardamento	0,00	286,59

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Direção



Contabilista Certificado N° 71156

Página: 27 / 32



A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social Paroquial de Alfena.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram emitidas pela Direção em 18-04-2025

13.2 - Eventos Subsequentes

À data de emissão das presentes demonstrações financeiras não é de conhecimento da Direção a existência de quaisquer acontecimentos anteriores, ocorridos após a data de Balanço, e que não estejam registadas nas Demonstrações Financeiras.

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social Paroquial de Alfena.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Vendas	7,85	7,85
De mercadorias	7,85	7,85
Prestações de serviços	3.820.456,14	3.820.456,14
Compras	181.909,03	181.909,03
Fornecimentos e serviços externos	1.121.951,70	1.121.951,70
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	179.280,28	179.280,28
Mercadorias	189,35	189,35
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	179.090,93	179.090,93
Número médio de pessoas ao serviço	149,00	149,00
Gastos com o pessoal	2.569.856,06	2.569.856,06
Remunerações	2.084.545,79	2.084.545,79
Outros gastos	485.310,27	485.310,27
Valor líquido final	3.375.225,22	3.375.225,22
Total das aquisições	151.564,26	151.564,26
Adições no período de ativos em curso	115.734,44	115.734,44

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Informação por CAE - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Prestações de serviços	1.479.017,70	1.479.017,70
Compras	177.167,54	177.167,54
Fornecimentos e serviços externos	1.039.777,21	1.039.777,21
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	182.512,06	182.512,06
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	182.512,06	182.512,06
Número médio de pessoas ao serviço	147,00	147,00
Gastos com o pessoal	2.262.137,48	2.262.137,48
Remunerações	1.832.365,18	1.832.365,18
Outros gastos	429.772,30	429.772,30
Valor líquido final	3.537.795,40	3.537.795,40
Total das aquisições	48.831,16	48.831,16

14.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	7,85	0,00	0,00	7,85
Prestações de serviços	3.820.456,14	0,00	0,00	3.820.456,14
Compras	181.909,03	0,00	0,00	181.909,03
Fornecimentos e serviços externos	1.121.951,70	0,00	0,00	1.121.951,70
Aquisições de ativos fixos tangíveis	151.564,26	0,00	0,00	151.564,26
Rendimentos suplementares:	106.465,70	0,00	0,00	106.465,70
Outros rendimentos suplementares	106.465,70	0,00	0,00	106.465,70

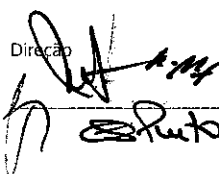
Informação por mercado - Quadro Comparativo (2023):

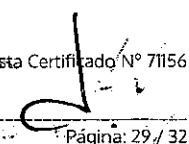
Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	1.479.017,70	0,00	0,00	1.479.017,70
Compras	177.167,54	0,00	0,00	177.167,54
Fornecimentos e serviços externos	1.039.777,21	0,00	0,00	1.039.777,21
Aquisições de ativos fixos tangíveis	48.831,16	0,00	0,00	48.831,16
Rendimentos suplementares:	103.279,15	0,00	0,00	103.279,15
Outros rendimentos suplementares	103.279,15	0,00	0,00	103.279,15

14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Direção
 

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 29 / 32



- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados

15 - Outras divulgações

15.0.1 - Transações e saldos pendentes, entre partes relacionadas, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Outras partes relac.
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de financiamentos obtidos	314.726,63
Conta de outros devedores e credores	14.981,70
Conta de diferimentos	0,00
Vendas	0,00
Prestações de serviços	0,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	0,00
Gastos financeiros	0,00

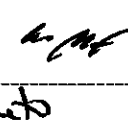
Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Outras partes relac.
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de financiamentos obtidos	323.879,06
Conta de outros devedores e credores	21.611,58
Conta de diferimentos	0,00
Prestações de serviços	0,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	0,00
Gastos financeiros	0,00

A variação ocorrida no financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente de Alfena reflete as amortizações efetuadas no período ao valor desse empréstimo. O empréstimo não vence juros.

15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Diração




Contabilista Certificado N° 71156



A instituição possuía à data do balanço as seguintes garantias prestadas ao Montepio Geral, no âmbito dos financiamentos contraídos:

- Hipoteca sobre o imóvel: 350.000 euros
- Garantia financeira: 400.000 euros

A instituição possuía à data do balanço a seguinte garantia prestadas ao à Mercedes- Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, no âmbito do financiamento contraído:

- Garantias bancárias prestadas diretamente a terceiros: 46 573 euros
- Caução no valor de 36 943 euros

16 - Impostos e contribuições

16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2024 e 2023 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-43.169,13	48.120,74

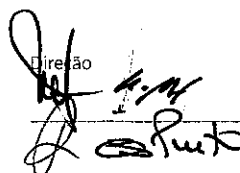
16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	7.238,24	0,00	7.026,47
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	26.286,14	18.686,76	9.646,45	4.191,99
Contribuições para a Segurança Social	0,00	46.920,23	0,00	42.511,56
Total	26.286,14	72.845,23	9.646,45	53.730,02

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

O valor a débito constante na conta do IVA é relativo à restituição dos 50% do IVA relativamente a Bens relacionados com Edifícios e Construções, Aquisição e Reparação dos Ativos Fixos Tangíveis e Bens alimentares destinados aos utentes, conforme o DL 84/2027 de 21 de julho

Direção


Contabilista Certificado N.º 71156



17 - Fluxos de caixa

17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.153,73	261.696,43	262.426,04	424,12
Depósitos à ordem	308.231,28	12.758.714,04	13.030.944,22	36.001,10
Outros depósitos bancários	731.000,00	8.459.500,00	7.636.500,00	1.554.000,00
Total	1.040.385,01	21.479.910,47	20.929.870,26	1.590.425,22

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.408,20	292.185,76	294.440,23	1.153,73
Depósitos à ordem	383.950,73	6.485.094,46	6.560.813,91	308.231,28
Outros depósitos bancários	525.000,00	2.603.000,00	2.397.000,00	731.000,00
Total	912.358,93	9.380.280,22	9.252.254,14	1.040.385,01

Direção

1.1.14
CB12

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 32 / 32